



Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade

Versão on-line ISSN 2319-2856

Volume 14, número 7. Curitiba – PR. jan/jun - 2018

Divulgação de Informações Voluntárias sobre Meio Ambiente: Uma Análise das Categorias e Subcategorias das Informações Divulgadas por Companhias Abertas Listadas na B3 Pertencentes aos Setores de alto Impacto Ambiental

Juciléia Giacomini
juci_giacomini@yahoo.com.br

Mestre em Controladoria e Finanças pela
Universidade do Vale do Rio dos Sinos. E-mail:

Ernani Ott
ernani@unisinis.com.br

Doutor pela Universidade de Deusto/Espanha.
Professor na Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (Unisinis).

RESUMO

O objetivo desse trabalho é examinar as informações ambientais divulgadas voluntariamente pelas empresas brasileiras. O levantamento dessas informações foi realizado a partir dos Relatórios de Sustentabilidade e Relatório da Administração, no exercício de 2013. A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, sendo que se optou pelo número de sentenças como unidade de registro. A amostra do estudo consiste nas empresas listadas na B3, e pertencentes a setores de alto impacto ambiental segundo a Lei nº. 10.165/2000. A pesquisa é aplicada quanto à sua natureza; qualitativa quanto à abordagem do problema; descritiva e explicativa quanto ao seu objetivo e documental quanto ao procedimento técnico utilizado. Para a análise dos relatórios foi utilizada uma métrica contendo oito categorias e trinta e oito subcategorias. Em relação às companhias que compuseram a amostra (quarenta e sete), foram localizados dezenove Relatórios de Sustentabilidade, 40,43%, totalizando mil setecentos e noventa e três páginas de relatórios. Os principais resultados obtidos no estudo indicam que a maioria das evidenciações foi de tipo declarativa e as categorias mais evidenciadas pelas companhias se referiam aos impactos dos produtos e processos às políticas ambientais

Palavras-chave: Sustentabilidade - Disclosure - Contabilidade Ambiental

Publicizing Voluntary Information on the Environment: An Analysis of the Categories and Subcategories of Information Publicized by open Corporations included in the Brazilian Stock Exchange (B3), which Belong to high Environmental Impact Sectors

ABSTRACT

The objective of the following paper is to examine the environmental information voluntarily publicized by Brazilian companies. The information was collected based on the 2013 Sustainability Reports and Management Report. The technique used was the content analysis, and the number of decisions was chosen as the unit of record. The study sample consists of the companies included in the Brazilian Stock Exchange (B3), which belong to high environmental impact sectors, according to Law no. 10,165 / 2000. The study is applied as to its nature, which is qualitative when approaching the problem, descriptive and explanatory regarding its objective and documentary regarding the technical procedure used. A metric containing eight categories and thirty-eight subcategories was used to analyze the reports. Considering the companies that were part of the sample (forty-seven) there were nineteen Sustainability Reports (40.43%), which had one thousand seven hundred and ninety-three pages. The main results obtained in the study indicate that most of the evidences were of a declarative type and the most common categories showed by the companies referred to the impacts of products and processes to environmental policies.

Keywords: Sustainability - Disclosure - Environmental Accounting.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a sociedade vem demonstrando uma maior preocupação com o meio ambiente, e tem pressionado e cobrado as empresas. A partir das pressões e das cobranças da sociedade de modo geral, as empresas que até determinado momento não se preocupavam em evidenciar suas ações na totalidade, passaram a fazê-lo, divulgando o que estão realizando para reduzir ou para minimizar os impactos decorrentes de suas atividades, visando adotar um posicionamento ético e responsável pela inclusão da questão social e ambiental no *disclosure* (evidenciação), e não somente das informações econômico-financeiras (BEUREN; GUBIANI; SANTOS, 2013).

Acquier e Aggeri (2008) aduzem que o surgimento de um grande negócio está de mãos dadas com uma resposta sobre a sua responsabilidade. Costa e Marion (2007) ressaltam que a contabilidade serve como instrumento de apoio às decisões de *stakeholders*, também denominados de grupos de interesse, fornecendo informações mediante o *disclosure* ou evidenciação de ações de caráter socioambiental realizadas pelas empresas. Nesse contexto, cabe mencionar que desde 27 de dezembro de 2000 vigora no Brasil a Lei nº 10.165, a qual altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, em que

as atividades econômicas potencialmente poluidoras são segregadas em setores e classificadas em baixo, médio e alto impacto ambiental.

Essa preocupação com as ações relacionadas ao meio ambiente se torna maior quando se trata de empresas que possuem atividades consideradas de alto impacto ambiental.

Rover *et al.* (2008) buscaram identificar as características do *disclosure* voluntário ambiental de empresas brasileiras. Para tanto, analisaram-se as Demonstrações Financeiras Padronizadas-DFPs e os Relatórios de Sustentabilidade (RS) de 2005 a 2007 de empresas abertas com ações listadas na BOVESPA, pertencentes a setores de alto impacto ambiental. Os resultados apontaram que a maior parte das informações contendo notícias consideradas *neutras* ou *ruins* é evidenciada em Notas Explicativas e diz respeito, especialmente, à passivos ambientais. O segmento de papel e celulose explicitou a maior quantidade de sentenças ambientais, e a categoria com maior número de sentenças ambientais foi a de Políticas Ambientais, seguida por Informações Financeiras Ambientais.

Conforme metodologia sugerida por Rover *et al.* (2008) e adaptada por Coelho (2010) surge o seguinte problema: *Quais são as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas em 2013 por companhias abertas listadas na B3 pertencentes aos setores de alto impacto ambiental?*

A pesquisa se justifica pela importância do tema, entendendo-se que além da contribuição aos estudos já elaborados, esta pesquisa também contribui para as companhias. Ela aponta a importância do *disclosure* ambiental, os fatores a ele relacionados e os benefícios que podem estar ligados à divulgação de tais informações.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção são abordados temas como Sustentabilidade Empresarial e o Desenvolvimento Sustentável, Evidenciação (*disclosure*), Evidenciação Compulsória e Voluntária e Evidenciação ambiental.

Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial

Barbieri *et al.* (2010) relatam que foi a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro, que a expressão Desenvolvimento Sustentável começou a se popularizar. Todavia, reconhecem que a década de 1970 foi o marco inicial do movimento pelo desenvolvimento sustentável. Convém esclarecer que o desenvolvimento sustentável envolve um conceito abrangente que pode permitir o surgimento de diferentes contextos em sua essência conforme a ótica teórica que o aborda, mas que, como resultado final, objetiva a preservação do meio ambiente para as gerações futuras. (RODRIGUES; DUARTE, 2011).

Em termos de definição, a mais conhecida foi apresentada no Relatório Brundtland, que conceitua Desenvolvimento Sustentável como a capacidade de produzir os bens e os produtos necessários para o presente, sem comprometer as gerações futuras. (UNITED NATIONS, 1987). Vellani e Ribeiro (2009), a respeito da sustentabilidade, afirmam que esta contempla a perspectiva de continuidade, e que

[...] as sociedades nascem e se desenvolvem por meio de organizações, instituições e empresas que operam para atender as necessidades das pessoas. Erigir um desenvolvimento sustentável pode significar organizações, instituições e empresas atuando em suas regiões para satisfazerem as necessidades da população presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazerem suas próprias necessidades. (VELLANI; RIBEIRO, 2009, p. 188).

De mais a mais, tais autores presumem que a sustentabilidade de um negócio está baseada no *Triple Bottom Line* (TBL), ou seja, em decisões fundamentadas nas dimensões social, ambiental e econômica. Logo, por meio da organização dos seus sistemas de informações, tais empresas possibilitam o gerenciamento de todos os gastos e os resultados envolvidos em atividades relacionadas ao TBL da sustentabilidade (VELLANI; RIBEIRO, 2009).

Para Barbieri *et al.* (2010), o desenvolvimento sustentável, o respeito às políticas ambientais e os valores a ambos relacionados têm sido institucionalizados e pressionados pela mídia em virtude dos movimentos sociais, dos ambientalistas e dos governos. Dessa

forma, originam-se novos modelos organizacionais para se adequar ao novo contexto - como é o caso das organizações inovadoras sustentáveis.

Evidenciação (Disclosure)

Aquino e Santana (1992) alegam que alguns organismos entendem que a evidenciação constitui um princípio contábil, enquanto outros a percebem como um objetivo. Pelas definições, a evidenciação é uma espécie de canal e um elo entre os Postulados/Princípios Contábeis e os objetivos da Contabilidade, e faz parte do processo que permite à Contabilidade atingir seus fins, na medida em que visa garantir informações diferenciadas para os vários tipos de usuários (IUDÍCIBUS, 2004).

Yamamoto e Salloti (2006) argumentam que a informação contábil é considerada como aquela capaz de alterar o conhecimento adquirido sobre a empresa por seu usuário, e a partir das interpretações de que se vale na solução de problemas. Os métodos empregados para a divulgação de informações contábeis são as demonstrações contábeis tradicionais e outras formas alternativas de divulgação, como por exemplo, demonstrações e quadros complementares e relatório da administração.

Na concepção de Beuren, Gubiani e Santos (2013), a evidenciação implica no fornecimento de informações financeiras e não financeiras aos mais diversos usuários, sejam clientes, fornecedores, funcionários, governo e acionistas sobre a interação da empresa com o meio ambiente. Também relatam que essas informações podem ser divulgadas em relatórios da administração, em Relatórios Anuais (RA) ou em relatórios sociais específicos. No que tange ao nível de divulgação, Dantas *et al.* (2004) esclarecem que os benefícios gerados pela divulgação de informações devem exceder os seus custos, e tal relação funciona como um limitador do nível de informações a ser divulgado pelo fato de sua avaliação essencialmente simbolizar um exercício de julgamento.

Esta evidenciação pode ocorrer de forma voluntário ou obrigatória. O conjunto completo de informações obrigatórias a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto possui regulamentação na Lei nº 6.404/76 - a Lei das Sociedades Anônimas - e nas suas posteriores alterações e também nas deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nesse contexto da evidenciação compulsória, a padronização contábil internacional, por meio das *International Accounting Standards* (IAS) 1 e do CPC 26 definem que o conjunto completo das demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- (f) balanço patrimonial do início período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica em uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis;
- (g) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (CPC, 2011).

Klann e Beuren (2011) definem a evidenciação voluntária como aquela que compreende algum tipo de informação contida nos relatórios corporativos anuais, além das exigidas legalmente, ou seja, divulgadas e apresentadas por iniciativa própria. Já Oliveira, Lopes e Cunha (2008) conceituam a informação voluntária como toda e qualquer informação econômica, financeira ou operacional que não é exigida pelas normas que regulam a elaboração dos relatórios financeiros, não possui caráter obrigatório e tem por objetivo acrescentar valor à determinada informação obrigatória aos investidores.

Na concepção de Ribeiro *et al.* (2010) a ciência contábil cada vez mais vem ampliando seus limites no tocante à questão ambiental, aplicando seus preceitos e avaliando os riscos e os benefícios das atividades econômicas, no intuito de trazer melhorias tanto individuais, quanto coletivas. Nesse ponto de vista, Braga e Salotti (2008) salientam que a evidenciação ambiental pode ser entendida como as informações ambientais divulgadas por empresas com o intuito de atender à demanda informacional de determinados usuários.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é definida como uma pesquisa descritiva, pois conforme Gil (2002, p. 42) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de

determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos, utilizados na condução do estudo, trata-se de uma pesquisa documental. A pesquisa também caracteriza-se como qualitativa, à medida que se busca identificar, em termos relevantes, as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas por companhias abertas listadas na B3 pertencentes aos setores de alto impacto ambiental.

A população da pesquisa é formada por companhias abertas com ações negociadas na B3 em 2013, excetuando-se as pertencentes ao setor financeiro, regidas por legislação própria emanada do Banco Central do Brasil. Para a seleção da amostra, foram consideradas as companhias que integravam os setores de alto impacto ambiental, em conformidade com a Lei nº 10.165/2000, totalizando setenta e sete companhias. Essa escolha justifica-se pelo fato dessas companhias supostamente se comprometerem com uma maior divulgação de informações relacionadas com o meio ambiente.

A amostra é não probabilística, definida de forma intencional e a sua seleção foi efetuada em dois estágios. No primeiro estágio foram consideradas as setenta e sete companhias pertencentes a setores de atividades consideradas de alto impacto ambiental. Alguns setores foram agrupados de acordo com a proximidade de suas atividades, como no caso das indústrias de artefatos de cobre, de ferro e de aço, que foram incluídas com as indústrias siderúrgicas. No segundo estágio de constituição da amostra foram excluídas companhias que embora tivessem publicado relatórios, não apresentaram dados no sistema Economatica® e companhias constituídas como *holdings*, somando trinta companhias. Dessa forma, a amostra final do estudo é composta por quarenta e sete companhias.

Na Tabela 1 constam os setores a que pertencem as companhias selecionadas como amostra final da pesquisa.

Tabela 1 - Companhias dos setores de alto impacto ambiental selecionadas para a pesquisa

Setores de alto impacto ambiental	Número de empresas
Artefato de cobre, artefatos de ferro e aço e siderurgia	11
Exploração, refino e/ou distribuição de combustíveis	5
Fertilizantes, defensivos e químicos diversos	3
Medicamentos e outros produtos	3
Minerais metálicos	3
Papel e celulose	5
Petroquímicos	5
Produtos de limpeza e de uso pessoal	2
Transportes, terminais, depósitos e comércio	10
Total	47

Fonte: Anexo VIII, Lei nº 10.165 (BRASIL, 2000).

As quarenta e sete companhias componentes da amostra do estudo publicaram um Relatório de Sustentabilidade ou Relatório da Administração em 2013. Para a análise dos relatórios foi considerada a adaptação realizada por Coelho (2010) da métrica utilizada por Rover *et al.* (2008), composta por 8 categorias ambientais e 40 subcategorias ambientais conforme apresentado no Quadro 01, para fins de comparabilidade dos resultados.

Quadro 01 - Estrutura conceitual para análise das informações ambientais

1. Políticas Ambientais	2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental
1.1 Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras	2.1 ISO 9.000 e/ou 14.000
1.2 Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	2.2 Outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.)
1.3 Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, licenças e órgãos ambientais	2.3 Auditoria ambiental
1.4 Parcerias ambientais	2.4 Gestão ambiental
1.5 Garantias ambientais	
1.6 Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais	
3. Impactos dos Produtos e Processos	4. Energia
3.1 Desperdícios/Resíduos	4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações
3.2 Processo de acondicionamento (embalagem)	4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia
3.3 Reciclagem	4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia
3.4 Desenvolvimento de produtos ecológicos	4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia
3.5 Impacto na área de terra utilizada	
3.6 Odor	
3.7 Uso eficiente / Reutilização da água	
3.8 Vazamentos / Derramamentos	
3.9 Aumento / Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE) / Emissões atmosféricas	
3.10 Reparos aos danos ambientais	
5. Informações Financeiras Ambientais	6. Educação, Treinamento e Pesquisa

5.1 Investimentos ambientais	6.1 Educação ambiental (internamente e/ou em comunidade)
5.2 Custos/Despesas ambientais	6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente
5.3 Passivos/Provisões ambientais	
5.4 Práticas contábeis de itens ambientais	
5.5 Seguro ambiental	
5.6 Ativos ambientais tangíveis e intangíveis	
7 Mercado de Créditos de Carbono	8 Outras Informações Ambientais
7.1 Projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL)	8.1 Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável
7.2 Créditos de carbono	8.2 Gerenciamento de florestas/reflorestamento
7.3 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	8.3 Conservação e recuperação da biodiversidade
	8.4 Processos legais de natureza ambiental
	8.5 Menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc.).

Fonte: Coelho (2010, p. 87-89).

Após a definição das categorias e das subcategorias das informações relacionadas com o meio ambiente, o próximo passo se consistiu na definição dos critérios para a análise das características da informação ambiental evidenciada, iniciando com os tipos de evidenciação conforme estabelecido por Nossa (2002), como segue:

- a) tipo 1 - declarativa: quando a informação qualitativa é descrita e expressa em termos descritivos;
- b) tipo 2 - quantitativa monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza financeira;
- c) tipo 3 - quantitativa não-monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa em números de natureza não financeira;
- d) tipo 4 - quantitativa monetária e não-monetária: quando a informação quantitativa é descrita e expressa tanto em números de natureza financeira quanto de natureza não-financeira.

Esses tipos de evidenciação também foram utilizados em pesquisas nacionais realizadas por Coelho (2010); Gallon e Beuren (2007). As quantidades de sentenças evidenciadas nos relatórios por tipo de evidenciação foram devidamente identificadas e tabuladas em planilhas Excel para posterior análise.

Assim, a variável Nível de divulgação ambiental (NDA) foi obtida a partir do estudo de Rover et al. (2008) e adaptada por Coelho (2010). O nível de divulgação ambiental leva em consideração a quantidade de subcategorias evidenciadas por companhia sobre o total de subcategorias, conforme segue:

NDA: Quantidade de subcategorias evidenciadas por companhia
Total de subcategorias

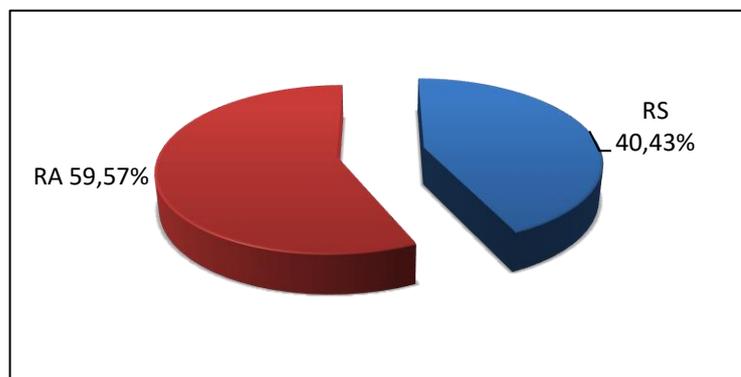
ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Evidenciação (Disclosure) nos Relatórios

O Relatório de Sustentabilidade (RS) contempla informações de cunho ambiental, social e econômica, cuja adesão ocorre de forma voluntária, sem exigência e obrigatoriedade de publicação anual. O Relatório da Administração é exigido em legislação societária, porém o seu conteúdo é voluntário.

Na Figura 1 está ilustrada a quantidade de Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios da Administração que serviram de base para a obtenção dos dados relacionados com a divulgação ambiental efetuada pelas companhias da amostra.

Figura 1 - Relatórios de sustentabilidade e da administração divulgados



Fonte: Elaborado pelos autores

Das companhias que compuseram a amostra (quarenta e sete), foram localizados e analisados dezenove Relatórios de Sustentabilidade (40,43%) referentes ao ano de 2013, totalizando mil setecentos e noventa e três páginas de relatório. Para as demais vinte e oito (28) companhias utilizou-se o Relatório da Administração (59,57%), totalizando duzentas e sessenta páginas.

Ribeiro *et al.* (2011), considerando a discussão entre tornar o *disclosure* ambiental obrigatório ou não, procuraram verificar se as práticas de evidenciação ambiental das companhias reagem aos distintos estímulos regulatórios de seus países de origem. Os

resultados da pesquisa comprovaram que tal suposição é verdadeira, no caso da amostra examinada pelos autores.

Evidenciação das Categorias

As categorias divulgadas pelas companhias totalizaram 1864 registros, conforme dados expostos na Tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição quantitativa, por categorias, das sentenças divulgadas pelas companhias

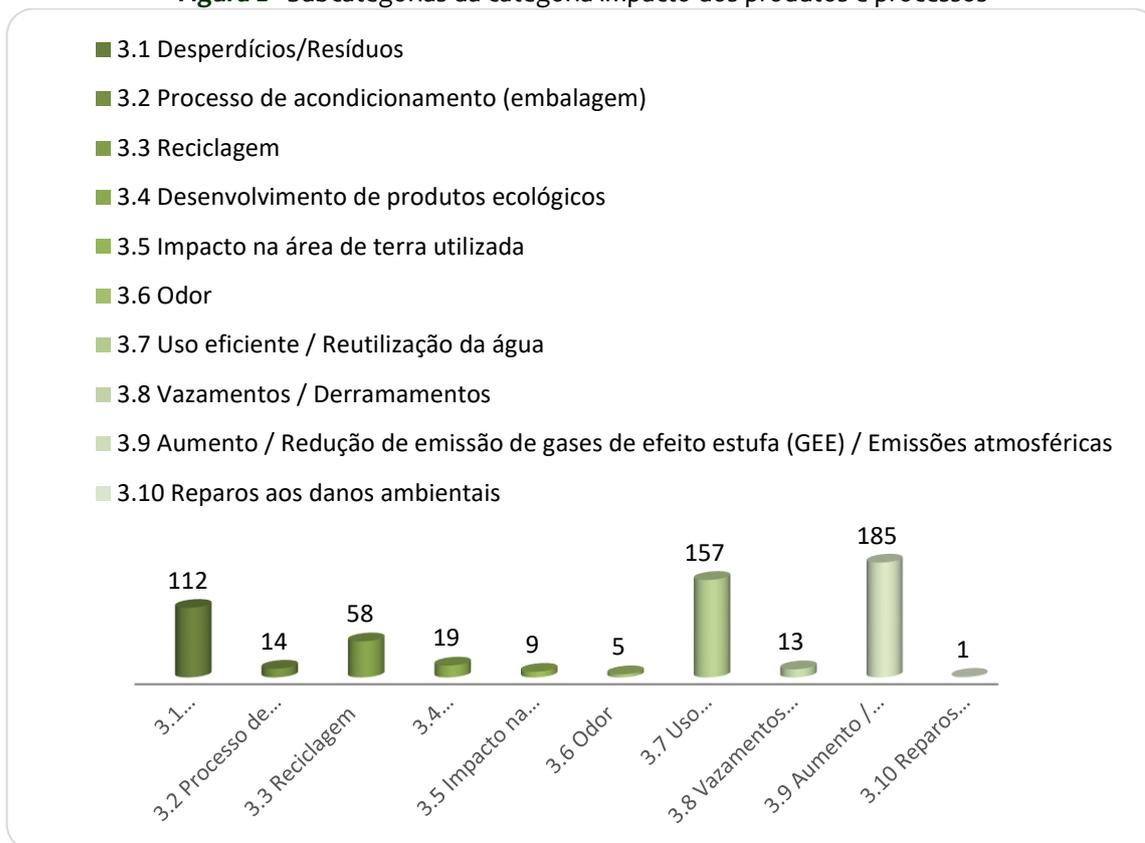
Categorias	Quantidade de sentenças	%
1. Políticas Ambientais	319	17,11
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	121	6,49
3. Impactos dos Produtos e Processos	573	30,74
4. Energia	115	6,17
5. Informações Financeiras Ambientais	136	7,30
6. Educação, Treinamento e Pesquisa	92	4,94
7. Mercado de Créditos de Carbono	34	1,82
8. Outras Informações Ambientais	493	26,45
Total	1864	100,00

Fonte: Elaborado pelos autores

A categoria mais evidenciada, impactos dos produtos e processos, representa 30,74% do total de sentenças divulgadas. Outras informações ambientais, assim definidas na Lei, contém 493 sentenças que representam 26,45% do total de evidenciações. Também são representativas as divulgações de informações sobre políticas ambientais e informações financeiras ambientais que representam, respectivamente, 17,11% e 7,30%, do total de sentenças das categorias evidenciadas.

Considerando a categoria com maior número de sentenças evidenciadas (impactos dos produtos e processos), tem-se a seguinte distribuição por subcategorias (Figura 2).

Figura 2 - Subcategorias da categoria impacto dos produtos e processos



Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se que as subcategorias mais evidenciadas são, respectivamente, aumento/redução de emissões de GEEs (185 sentenças), reutilização/uso eficiente da água (157 sentenças) e desperdícios/resíduos e reciclagem (112 sentenças).

Na categoria outras informações ambientais, as subcategorias mais evidenciadas são: menção sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável (15,88%), conservação e recuperação da biodiversidade (7,08%) e gerenciamento de florestas/reflorestamento (1,07%). Processos legais de natureza ambiental e menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade etc.) são as demais subcategorias evidenciadas.

A segunda categoria mais evidenciada é outras informações ambientais conforme tabela 3, assim definidas na Lei, e contém 493 sentenças que representam 26,45% do total de evidenciações (Tabela 3).

Tabela 3 - Outras Informações Ambientais

8 Outras Informações Ambientais	Sentenças	%
8.1 Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável	296	15,88
8.2 Gerenciamento de florestas/reflorestamento	20	1,07
8.3 Conservação e recuperação da biodiversidade	132	7,08
8.4 Processos legais de natureza ambiental	11	0,59
8.5 Menção ou divulgação de demonstrações e/ou de relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade; etc.).	34	1,82
Total	493	26,45%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria outras informações ambientais, as subcategorias mais evidenciadas são: menção sobre sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável (15,88%), conservação e recuperação da biodiversidade (7,08%) e gerenciamento de florestas/reflorestamento (1,07%). Processos legais de natureza ambiental e menção ou divulgação de demonstrações e/ou relatórios ambientais complementares (balanço social; relatório de sustentabilidade etc.) são as demais subcategorias evidenciadas.

A terceira categoria mais divulgada, divulgações de informações sobre políticas ambientais, representa 17,11% conforme evidenciado na Tabela 4.

Tabela 4 - Políticas Ambientais

	Sentenças	%
1.1 Declaração das políticas/práticas atuais e futuras	20	1,07
1.2 Estabelecimento de metas e de objetivos ambientais	76	4,08
1.3 Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, com licenças e com órgãos ambientais	77	4,13
1.4 Parcerias ambientais	35	1,88
1.5 Garantias ambientais	0	0,00
1.6 Prêmios e participações em eventos, em programas e em índices ambientais	91	4,88
Total	319	17,11%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria Política ambientais, as subcategorias mais evidenciadas são: Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais (4,88%), Declarações de que a empresa está (ou não) em obediência com leis, licenças e órgãos ambientais (4,13%), Estabelecimento de metas e de objetivos ambientais (4,08%), Parcerias ambientais (1,88) e Declaração das políticas/práticas atuais e futuras (1,07). A subcategoria Garantias ambientais não teve sentença evidenciada.

A evidenciação na categoria de Informações financeiras ambientais representando 7,30% pode ser observada na Tabela 5.

Tabela 5 - Informações Financeiras Ambientais

5. Informações Financeiras Ambientais	Sentenças	%
5.1 Investimentos ambientais	72	3,86
5.2 Custos/Despesas ambientais	8	0,43
5.3 Passivos/Provisões ambientais	47	2,52
5.4 Práticas contábeis de itens ambientais	7	0,38
5.5 Seguro ambiental	1	0,05
5.6 Ativos ambientais tangíveis e intangíveis	1	0,05
Total	136	7,30%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria Informações financeiras ambientais com 7,30% do total evidenciado, as subcategorias mais evidenciadas são: Investimentos ambientais com 72 sentenças (3,86%), Passivos/Provisões ambientais com 47 sentenças (2,52%), Custos/Despesas ambientais com 8 sentenças (0,43%); Práticas contábeis de itens ambientais com 7 sentenças (0,38%). As subcategorias ambientais referentes a seguro ambiental e ativos ambientais tangíveis e intangíveis apresentaram apenas 1 sentença.

Na sequência, tem-se a categoria Sistemas de Gerenciamento Ambiental, que evidenciou 6,49% do total, como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6 - Sistemas de Gerenciamento Ambiental

2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	Sentenças	%
2.1 ISOs 9.000 e/ou 14.000	25	1,34
2.2 Outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.)	30	1,61
2.3 Auditoria ambiental	24	1,29
2.4 Gestão ambiental	42	2,25
Total	121	6,49%

Fonte: Elaborado pelos autores

Nessa categoria, as subcategorias mais evidenciadas são: Gestão ambiental com 42 sentenças, outras certificações ambientais (RoHs; FSC; etc.) com 30 sentenças, ISOs 9.000 e/ou 14.000 com 25 sentenças, e por fim, auditoria ambiental com 24 sentenças.

A categoria de energia registrou 115 sentenças (6,17%) conforme segue na Tabela 7.

Tabela 7 - Energia

4. Energia	Sentenças	%
4.1 Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações	87	4,67
4.2 Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	3	0,16
4.3 Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	3	0,16
4.4 Desenvolvimento de novas fontes de energia	22	1,18
Total	115	6,17%

Fonte: Elaborado pelos autores

Verificou-se que na categoria Energia, as subcategorias que mais foram evidenciadas pelas empresas da amostra são: Conservação e/ou utilização mais eficiente de energias nas operações com 87 sentenças (4,67%), seguida da subcategoria Desenvolvimento de novas fontes de energia com 22 sentenças (1,18%) e das subcategorias Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia e Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia, ambas com somente 3 sentenças.

Na categoria menos evidenciadas foram Educação, treinamento e pesquisa com 92 sentenças (4,94%) e Mercado de Crédito do Carbono com 34 sentenças (1,82%) conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 - Categorias menos evidenciadas

6. Educação, Treinamento e Pesquisa	Sentenças	%
6.1 Educação ambiental (internamente e/ou comunidade)	52	2,79
6.2 Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	40	2,15
Total	92	4,94%
7 Mercado de Créditos de Carbono	Sentenças	%
7.1 Projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)	13	0,70
7.2 Créditos de carbono	17	0,91
7.3 Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	4	0,21
Total	34	1,82%

Fonte: Elaborado pelos autores

Na categoria Educação, Treinamento e Pesquisa, as subcategorias evidenciadas são: Educação Ambiental com 52 sentenças (2,79%) e Pesquisas relacionadas ao meio ambiente com 40 sentenças (2,15%).

Na categoria Mercado de Créditos de Carbono, a subcategoria que mais foi evidenciada foi Créditos de carbono com 17 sentenças (0,91%), seguido da subcategoria Projetos de

Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) com 13 sentenças (0,70%) e Certificados de Emissões Reduzidas (CER) com apenas 4 sentenças.

Informações ambientais de natureza específica

No que tange a informações ambientais de natureza específica, ou seja, as subcategorias, as informações divulgadas que mais se destacaram referem-se a Sustentabilidade (296 sentenças), Aumento/Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE)/Emissões atmosféricas (185 sentenças), Desperdícios/Resíduos, Uso eficiente/Reutilização da água (157 sentenças), Conservação e recuperação da biodiversidade (132 sentenças), Desperdícios/Resíduos (112 sentenças) e Prêmios e participações em eventos, programas e índices ambientais (91 sentenças).

Os resultados obtidos nessa pesquisa se assemelham aos de estudos anteriores. Rover *et al.* (2009) também encontraram predominância dessas categorias e informações “disclosureadas” de empresas brasileiras pertencentes ao setor de alto impacto ambiental e Rover, Borba e Murcia (2009) também constataram que “políticas ambientais” foi a categoria de informação mais divulgada pelas empresas potencialmente poluidoras, considerando os demonstrativos financeiros e relatórios de sustentabilidade do período analisado.

Também é possível observar grande semelhança entre os tipos de informações divulgadas pelas companhias da amostra, bem como a concentração das informações evidenciadas, pelos altos percentuais em torno de itens específicos de divulgação apresentados.

Tipos de Divulgação Efetuadas

Das 47 companhias que compõem a amostra, 12 (25,53%) não divulgaram qualquer tipo de informação ambiental nos relatórios examinados. Os tipos de divulgação realizados pelas companhias constam na Tabela 9, considerando a quantidade de sentenças.

Tabela 9 - Tipos de informações divulgadas pelas companhias

Tipos de Evidências	Quant.	%
Tipo 1 - Declarativa	1354	72,63
Tipo 2 - Quantitativa Monetária	83	4,45
Tipo 3 - Quantitativa não monetária	400	21,45
Tipo 4 - Quantitativa Monetária e não Monetária	27	1,44
TOTAL	1864	100

Fonte: Elaborado pelos autores

A maioria das sentenças evidenciadas nos documentos analisados (72,63%) são do tipo declarativas, seguidas de quantitativa não monetária (21,45%), quantitativa monetária e, por fim, quantitativa monetária e não monetária. Resultados semelhantes também foram encontrados por Braga, Oliveira e Salotti (2008), Coelho (2010), Murcia *et al.* (2008) e Rover (2009).

Um exemplo de evidenciação declarativa tem-se no Relatório de Sustentabilidade da companhia FIBRIA (2013), relacionada com a categoria - outras certificações ambientais - onde consta: “Em 2013, a companhia conquistou certificação inédita no setor de celulose e papel brasileiro, a FSSC22000 (*FoodSafety System Certification 22000*), uma das mais avançadas normas que asseguram a procedência do papel para embalagens de alimentos”.

Já uma evidenciação de tipo quantitativa não monetária é observada no Relatório de Sustentabilidade da companhia IRANI correspondente à categoria Conservação e recuperação da Biodiversidade onde consta:

Neste mesmo ano, aproximadamente 10.800 unidades de mudas nativas foram produzidas no viveiro florestal de mudas nativas. Destas, mais de 2.400 eram de Araucária e Imbuia, espécies ameaçadas de extinção. Para incentivar a recuperação de áreas e a educação ambiental, a IRANI realizou a doação de mais de 11 mil mudas nativas e o plantio de mais de 2.550 para a recomposição e enriquecimento de Áreas de Preservação Permanente. (BORGES; MOREIRA, 2014).

No Relatório de Sustentabilidade da companhia NATURA tem-se um exemplo de evidenciação quantitativa monetária, relacionada com a categoria investimentos ambientais em que é mencionado: “Especificamente sobre nossos investimentos e ações relacionadas à sustentabilidade, o total aportado em 2013 correspondeu a R\$ 127,7 milhões”. (NATURA, 2013).

Um exemplo de evidenciação de tipo quantitativa monetária e não monetária também consta no Relatório de Sustentabilidade da companhia NATURA relacionado com a categoria estabelecimento de metas e objetivos ambientais onde consta:

Entre suas metas para 2020, o programa visa movimentar cerca de R\$ 1 bilhão na região; conectar mil pesquisadores em rede para gerar inovação e tecnologia a partir dos recursos da sociobiodiversidade; [...]. Em 2013, o consumo de matérias-primas provenientes da Amazônia, que considera tanto os ativos da sociobiodiversidade brasileira quanto os da palma amazônica, chegou a 13,4%, aumento de 15% ante o resultado de 2012. (NATURA, 2013).

Considera-se que quanto mais divulgações de tipos 2, 3 e 4 forem observadas nos relatórios das companhias, mais claramente pode se perceber a contribuição da contabilidade no fornecimento dos dados divulgados.

Nível de Divulgação por Companhias e Setores de Atividade

A Tabela 10 apresenta os dados relacionados com o nível de divulgação voluntária ambiental realizada por companhias com identificação do setor de atuação. Foi possível perceber pelo índice de divulgação voluntária ambiental que as companhias que apresentam mais informações são as pertencentes aos setores: indústria e comércio (0,775); papel e celulose (0,725); mineração (0,650); petróleo e gás (0,575); e química (0,525). Estas companhias em termos gerais pertencem aos setores que mais divulgam informações voluntariamente.

Tabela 10 - Nível de divulgação voluntária ambiental por companhia

Ranking	Companhia (Nomenclatura Econômica)	NDA	Setor
1	NATURA	0,775	Ind. e Comércio
2	FIBRIA	0,725	Papel e Celulose
2	CELUL IRANI	0,725	Papel e Celulose
3	VALE	0,650	Mineração
4	KLABIN S/A	0,600	Papel e Celulose
5	PETROBRAS	0,575	Petróleo e Gás
6	FER HERINGER	0,525	Químico
7	BRASKEM	0,525	Químico
7	ELEKEIROZ	0,450	Químico
8	GOL	0,400	Transporte Serviços
9	PANATLANTICA	0,375	Siderurgia & Metalurgia
9	COSAN	0,375	Alimentos e Bebidas

10	PARANAPANEMA	0,350	Siderurgia & Metalurgia
10	GERDAU	0,350	Siderurgia & Metalurgia
11	JSL	0,300	Transporte Serviços
11	FERBASA	0,300	Siderurgia & Metalurgia
12	USIMINAS	0,250	Siderurgia & Metalurgia
12	SID NACIONAL	0,250	Siderurgia & Metalurgia
13	QGEP PART	0,175	Petróleo e Gás
14	CRISTAL	0,150	Químico
14	M G POLIESTER S.A	0,150	Petroquímico
14	MMX MINER	0,150	Mineração
15	MRS LOGIST	0,125	Transporte Serviços
16	ALL NORTE	0,075	Transporte Serviços
17	MELHOR SP	0,075	Papel e Celulose
18	NORTCQUIMICA	0,050	Químico
18	TREVISA	0,050	Outros
18	LOG-IN	0,050	Transporte Serviços
18	SUZANO PAPEL	0,050	Papel e Celulose
18	UNIPAR	0,050	Químico
18	MANGELS INDL	0,050	Siderurgia & Metalurgia
19	BIOMM	0,025	Outros
19	NUTRIPLANT	0,025	Químico
19	ALIPERTI	0,025	Siderurgia & Metalurgia
19	OSX BRASIL	0,025	Veículos e peças
	TEGMA	0,000	Transporte Serviços
	CREMER	0,000	Têxtil
	BOMBRIL	0,000	Químico
	WLM IND COM	0,000	Ind. e Comércio
	MINASMAQUINAS	0,000	Ind. e Comércio
	GPC PART	0,000	Outros
	FIBAM	0,000	Siderurgia & Metalurgia
	TEKNO	0,000	Siderurgia & Metalurgia
	MET DUQUE	0,000	Siderurgia & Metalurgia
	LITEL	0,000	Mineração
	PET MANGUINH	0,000	Petróleo e Gás
	OGX PETROLEO	0,000	Petróleo e Gás

Fonte: Elaborado pelos autores

Calculando-se o nível de divulgação voluntária ambiental por setor de atuação, observa-se que os setores que mais evidenciaram são, respectivamente: Indústria e Comércio (Natura, cujo NDA é 0,775, explicado pela fórmula: 31 subcategorias evidenciadas dividido por 40 total de subcategorias); Papel e Celulose, Petróleo e Gás, Químico e Transporte e Serviços. No setor Indústria e Comércio, representado pela companhia Natura S/A, as sentenças mais divulgadas se referem à Menção sobre

sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável (69 sentenças) e Aumento/Redução de emissão de gases de efeito estufa (GEE/Emissões atmosféricas (42 sentenças).

No setor Papel e Celulose (Fibria, Irani e Klabin) a categoria mais evidenciada é - Outras informações ambientais - sendo que as subcategorias mais evidenciadas são: Menção sobre sustentabilidade ou Desenvolvimento sustentável (72 sentenças) e Conservação e recuperação da biodiversidade (43 sentenças), e a segunda categoria mais evidenciada é Impacto nos produtos e processos, com a subcategoria Uso eficiente/Reutilização da água que contém 37 sentenças.

No setor de Mineração são evidenciadas 30 sentenças na categoria - Outras informações ambientais - destacando-se as evidenciações na subcategoria - Conservação e Recuperação da Biodiversidade. Companhias dos demais setores evidenciaram menos informações ambientais. As informações contidas nos balanços patrimoniais referem-se à categoria Informações financeiras ambientais, relativas aos passivos/provisões ambientais quase em sua totalidade, observando-se que poucas são as companhias que evidenciam tais informações.

Em pesquisas precedentes os setores de papel e celulose (NOSSA, 2002), petróleo e gás (LANG *et al.*, 2012), mineração (SAMPAIO *et al.*, 2012) e outros (MURCIA *et al.*, 2008; OLIVEIRA; MACHADO; BEUREN, 2012) também foram os que apresentaram maior número de sentenças divulgadas sobre meio ambiente.

Rover, Borba e Murcia (2009) também encontraram resultados semelhantes, constatando que os setores Papel e celulose, Exploração e/ou refino e Siderurgia foram os que mais divulgaram informações ambientais. Calixto (2007), em seu estudo identificou o setor de Siderurgia como o que mais divulgou informações ambientais no período de 1997 a 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi verificar as categorias e subcategorias das informações voluntárias sobre o meio ambiente mais divulgadas por companhias abertas listadas na B3 pertencentes aos setores de alto impacto ambiental.

A análise de conteúdo dos relatórios permitiu observar que (a) nem todas as companhias da amostra divulgaram Relatórios de Sustentabilidade, bem como

informações de caráter ambiental nos Relatórios da Administração; (b) a maior parte das evidências foi de tipo declarativa, ou seja, puramente descritiva, com pouca utilização de outros tipos de divulgação como quantitativa, quantitativa monetária ou quantitativa monetária e não monetária, certamente de interesse de *stakeholders*; e (c) as categorias mais divulgadas se referiam aos impactos dos produtos e processos e as políticas ambientais adotadas nas companhias.

No que tange à divulgação de informações de caráter ambiental, sabe-se que no Brasil não há qualquer regulamentação a respeito, cabendo às companhias a decisão de divulgá-las ou não, de optar pelo instrumento de divulgação a ser utilizado, bem como de definir a quantidade e qualidade da divulgação.

Os resultados do presente estudo permitiram observar também que as companhias, de modo geral, estão fazendo uso restrito dos relatórios como importantes veículos de comunicação com os *stakeholders*, quando se trata de divulgar informações relacionadas com as suas ações e/ou atividades de cunho ambiental, mesmo em se tratando de companhias abertas e pertencentes a setores de alto impacto ambiental.

REFERÊNCIAS

ACQUIER, A.; AGGERI, F. Une généalogie de la pensée managériale sur la RSE. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 180, p. 131-157, 2008/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RFG&ID_NUMPUBLIE=RFG_180&ID_ARTICLE=RFG_180_0131>. Acesso em: 02 jun. 2014.

AQUINO, W.; SANTANA, A. C. Evidenciação. **Cadernos de Estudos– FIPECAFI**, São Paulo, ano 2, n. 5, p. 01-40, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n5/n5a02.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **RAE - Revista de Administração e Economia**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, set./jun. 2010. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/rae/vol50-num2-2010/inovacao-sustentabilidade-novos-modelos-proposicoes>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BEUREN, I. M.; GUBIANI, C. A.; SANTOS, V. Anderlei dos Santos. Informações ambientais evidenciadas no relatório da administração pelas empresas do setor elétrico listadas no ISE. BASE: **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 55-68, jan./mar. 2013. Disponível em: <www.spell.org.br/documentos/download/9617>. Acesso em: 20 jun. 2014.

BRAGA, J. P.; SALOTTI, B. M. 2008. Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2008. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos/82008/180.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.** Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10165.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

CALIXTO, L. Uma análise da evidenciação ambiental de companhias brasileiras – de 1997 a 2005. **UnB Contábil**, Brasília, DF, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/147>>. Acesso em: 18 set. 2014.

COELHO, F. Q. **Uma análise dos fatores diferenciadores na divulgação de informações voluntária sobre o meio ambiente.** 129 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo RS, 2010.

GALLON, A. V.; BEUREN, I. M.; HEIN, N. Análise da relação entre evidenciação nos relatórios da administração e o nível de governança das empresas na Bovespa. **RIC - Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 1, n. 2, p. 18-41, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/80/67>>. Acesso em: 15 maio 2014.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004

KLANN, R. C.; BEUREN, I. M. Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. **Brazilian Business Review**, [S.l.], v. 8, n.2, p. 96-118, 2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1230/123018559005.pdf>>. Acesso: 26 jun. 2014.

LANG, J. et al. Legitimidade da imagem organizacional: análise do discurso socioambiental da Petrobras. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD, 15., 2012. São Paulo. **Anais...**São Paulo: FEA/USP:2012.

MURCIA, F. D. et al. “Disclosure verde” nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, Brasília, DF, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/21>>. Acesso: 26 jun. 2014. MURCIA, F. D.; SANTOS, A. D. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, DF v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

NOSSA, V. **Disclosure ambiental:** uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 20-37, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8049/evidenciacao-ambiental-de-empresas-de-setores-potencialmente-poluidores-listadas-no-indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, H. M. S.; LOPES, C. M. F. P.; CUNHA, C. A. S. A transparência da informação por parte dos emitentes. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 93-104, abr./jun. 2008. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/910>>. Acesso em: 15 dez. 2014. SAMPAIO, M. S. et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012.

RIBEIRO, A. M.; BELLEN, H. M.; CARVALHO, L. N. G. Regulamentar faz a diferença? o caso da evidenciação ambiental. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 137-154, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n56/v22n56a02.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2014.

RODRIGUES, J. J. M.; DUARTE, M. M. R. F. Relato da responsabilidade social, ambiente e competitividade: enquadramento teórico. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 138-155, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2226>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. R. Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 23-36, 2009.

ROVER, S.; BORBA, J. A.; MURCIA, F. D. R.; RODRIGUES, V.; ERNESTO, F. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 53-72, maio/ago. 2008. Disponível em: <www.rco.usp.br/index.php/rco/article/download/39/44>. Acesso em: 18 jun. 2014.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. S. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 6, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/10765/11610>>. Acesso em: 15 maio 2014.